

Como pode o ensino Universitário ser gratuito?

Acabo de ler o livro «Free. O Futuro é Grátis», de Chris Anderson, editor da revista Wired. Partilho com ele este ato de escrita grátis. O computador é um *netbook* barato, o sistema operativo gratuito e o processador de texto e corretor ortográfico gratuitos. Constatado também que Chris Anderson refere que cada ano as tecnologias aumentam a capacidade e reduzem o preço. Portanto, tendencialmente grátis.

Há, porém, uma questão que me chamou a atenção: um pequeno quadro com o título *Como pode a educação universitária ser grátis?* Nos tempos que correm, isto parece uma heresia. Não é.

É fácil encontrar no Youtube vídeos de conferências dos melhores professores universitários e estão frequentemente disponíveis os textos, os livros, as teses e os resultados de importantes investigações.

Os meus amigos, colegas e investigadores do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) organizam semanalmente, no Second Life, formação não estruturada em cursos, com uma significativa participação e a colaboração de muitos bons investigadores e utilizadores desta “plataforma multiusos”, ou ambiente virtual tridimensional em que se simulam aspetos da vida real e social.

A entrada é livre e os colaboradores voluntários. O conhecimento está disponível. O MIT [*Massachusetts Institute of Technology*] disponibiliza os *Open Course Ware*, tornando públicos todos os programas curriculares da universidade *on-line*, dos apontamentos das aulas às tarefas, passando pelos vídeos de demonstração. No entanto, a entrada nos cursos é muito cara. Porquê fazer isto?

Os cursos livres, ou cursos grátis, não dão diplomas, mas fornecem uma formação e os materiais educativos para poderem ser livremente utilizados por todos os que o desejarem fazer. O que é bastante mais do que conferências, leituras, filmes ou do que a informação disponível na Internet – o ensino universitário é mais do que isto. Os cursos livres constituem um saber estruturado e credibilizado pelas instituições e que pode ser utilizado livremente. Muitos podem simplesmente aproveitar esta formação e ir muito mais longe do que os utilizadores da Internet.

Mas quem financia esta atividade? As universidades, como serviço à comunidade: estes cursos são a montra, o escaparate da universidade, a sua estratégia de *marketing*, a forma de se credibilizar perante a sociedade e os futuros estudantes. Claro que estes cursos não atribuem títulos académicos, não se faz a avaliação dos conhecimentos dos estudantes, não lhes é dado apoio, não têm o direito de fazer perguntas, partilhar ideias, ter *feedback* de académicos (professores ou investigadores).

Teríamos, assim, num mesmo curso, diferentes situações: os utilizadores livres; os utilizadores com frequência, apoio docente e partilha de redes sociais com outros estudantes (mas que não tem diploma de estudos creditados); os utilizadores que se submetem ao controlo do conhecimento (avaliação) – a estes são outorgados/certificados os respetivos graus académicos.

A vantagem deste sistema é disponibilizar escolhas abertas. Os conteúdos estruturados e os materiais disponíveis constituem um preciso serviço para os que não podem ou não querem pagar as despesas de ensino (e com esta formação podem fazer tudo o que não exija grau académico); os estudantes que apenas frequentam suportam as despesas do apoio dos docentes e da pertença à comunidade académica; finalmente, os que querem ir mais longe e prosseguir objetivos mais exigentes podem avançar sem terem que arrastar os da frequência.

Talvez esta situação motivasse os estudantes a definirem o seu papel nas instituições de ensino universitário, que pode ser gratuito e universal – mas, sobretudo, ser um sistema de escolhas e de responsabilização dos estudantes.

José da Silva Ribeiro

Universidade Aberta (CEMRI)